# O SINO DO SAMUEL

Jornal da Faculdade de Direito da UFMG

Ano 3 | Nº 24 | Belo Horizonte | Junho de 2016

# Alunas conquistam vitória inédita no Concours Rousseau

**Página 2**


Mediação é centro de debates de personalidades do Direito **Pág.4**

Faculdade se firma como espaço aberto de discussões políticas **Pág.6**

Programa da CdH sobre o Rio Doce é aprovado em edital público **Pág.8**

# Conexão entre Brasil e França para ficar na história

## Alunas da Faculdade de Direito vencem o Concours Rousseau e consagram o Brasil como o primeiro país de língua estrangeira a ganhar a competição

Após duas tentativas e alguns anos de preparação e expectativa, a Faculdade de Direito da UFMG alcançou um feito inédito para o Brasil: o primeiro título de um país não francófono como campeão do Concours de Procès Simulé en Droit International Charles-Rousseau.

Em 31 anos de existência, o maior concurso de direito internacional em língua francesa do mundo ainda não tinha visto uma equipe ultrapassar as barreiras de sua língua oficial. Mérito das alunas Letícia Andrade Lopes e Joana Andrade Pacheco, que representaram a Faculdade na edição 2016 da competição.

"Foi uma recompensa pelos meses de estudo e preparação", contou Letícia, que ainda está colocando a rotina em dia, após a correria dos meses dedicados ao concurso. A preparação das estudantes começou em setembro de 2015, com uma vasta pesquisa sobre o caso apresentado, e se intensificou nos últimos meses.

Em março, Letícia e Joana finalizaram a etapa de redação dos memoriais em francês e iniciaram os treinos para a fase de arguição oral, também na língua francesa. Foram cerca de 4 horas diárias de prática do discurso até que se sentissem prontas para a competição. Segundo Letícia, esse treinamento foi determinante para o bom resultado da dupla, assim como o conhecimento aprofundado sobre a jurisprudência da Corte Internacional de Justiça e a maneira como a instituição trata determinados assuntos.

As alunas ainda contaram com uma ajuda extra na preparação. Estudantes que participaram das duas edições anteriores do concurso realizaram uma corrente de apoio e troca de experiências com a dupla. Orientador da equipe, o vice-diretor da Faculdade e professor Aziz Tuffi Saliba comemorou: "Quero parabenizar a Letícia e a Joana, que aceitaram a incumbência de representar a Faculdade e a UFMG na Rousseau".

### Desafio mundial

Neste ano, o Concours Rousseau foi realizado na Universidad de la Habana, em Cuba, e contou com a participação de 26 universidades de países como Alemanha, França, Canadá, Estados Unidos, Argentina e Brasil. Letícia e Joana venceram participantes de instituições de peso, entre elas, a Université d´Ottawa (Canadá), a Université du Maine (França), a Université de Strasbourg (França) e o Institut des Hautes Études Internationales et du Développement (Suíça).

Em cada edição do torneio, os estudantes têm o desafio de trabalhar uma disputa fictícia diante de um tribunal internacional. O caso apresentado neste ano girou em torno de um conflito de interesses entre os Estados Unidos e Cuba sobre a legalidade de atividades farmacêuticas em Guantánamo. Além de trazer para o Brasil o Prix Charles-Rousseau, a dupla da Faculdade de Direito conquistou o prêmio da Société Européenne de Droit International, reservado aos finalistas. Letícia ainda foi escolhida a melhor oradora da rodada final.

"A participação em competições é uma experiência extremamente enriquecedora para a nossa formação acadêmica. É uma oportunidade de estudar com mais aprofundamento temas de direito internacional que nos interessam, além de desenvolver habilidades de pesquisa, redação e oratória", revela Letícia. Para ela, o intercâmbio com estudantes de outros países é uma forma de aprimorar o conhecimento e perceber como ainda é possível melhorar.

# PASSO A PASSO DO CONCOURS ROUSSEAU

1. O caso é divulgado pelo concurso.

2. As equipes desenvolvem os argumentos de cada parte em memoriais.

3. É feita a preparação das arguições orais.

4. Começa a fase de treinamento dos discursos, em francês.

5. Depois de meses de trabalho, os participantes se encontram no evento.

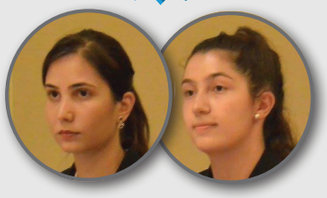
6. Cada equipe se apresenta para a avaliação da banca do concurso.

7. Começam as rodadas orais.

8. As equipes são divididas em quatro grupos.

9. O primeiro lugar de cada grupo segue para as semifinais.

10. A melhor equipe da rodada final é a grande vencedora.



# Mediação é uma das chaves para desafogar Judiciário

## No II Seminário Internacional de Mediação, reflexões giram em torno das diretrizes do Novo CPC sobre os métodos autônomos de solução de conflitos

Foram três dias intensos de debates e reflexões sobre as técnicas de solução de conflitos. De 4 a 6 de maio, o II Seminário Internacional de Mediação, realizado pela Faculdade de Direito da UFMG e pelo Instituto de Mediação Aplicada, deixou clara a urgência de se discutir alternativas para lidar com os mais de 100 milhões de processos que tramitam na Justiça.

A emergência de desenvolver a cultura da mediação no meio judiciário foi praticamente consenso entre o público presente, formado por desembargadores, juízes dos tribunais de Justiça e do Trabalho, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado, alunos e professores da UFMG, advogados e representantes de delegações internacionais.

Com discursos acalorados e palestras esclarecedoras, os debates ganharam ainda mais peso com as diretrizes do Novo CPC. O Código de Processo Civil atual incentiva a técnica do diálogo, da confiança mútua e do empoderamento do indivíduo, para dar celeridade à conclusão de processos, que poderiam levar anos.

Veja o que disseram os palestrantes e debatedores.

"Nos métodos autônomos de solução de conflitos, o sujeito envolvido no caso é responsável por buscar e construir a solução do problema de uma forma respeitada, humanizada e humanizadora. Isso, sim, cumpre uma promessa frustrada que o processo judicial nunca conseguiu cumprir: promover a paz."

***Fernando Gonzaga Jayme,***
***diretor da Faculdade de Direito da UFMG***

"Em determinado momento da minha carreira, percebi que ia me aposentar e não veria a solução dos casos que eu tinha no dia a dia. Foi aí que entendi que tinha condições e competências de fazer uma mediação em segundo grau, para ver o fim daqueles processos."

***Gisela Potério Santos Saldanha,***
***procuradora de Justiça do Ministério Público Estadual de Minas Gerais***

"O mediador precisa exercer a escuta ativa. Não vamos ouvir apenas fatos, mas emoções. É isso que fará diferença depois."

***Ricardo Pérez Nuckel, mestre em Direito pela Universidade Panthéon Sorbonne, da França***

"A Justiça do Trabalho está um pouco hesitante em como estabelecer regras para regulamentar as técnicas de solução de conflitos. (...) A mediação seria uma opção para cuidar dos tipos de processos que não são os massificados."

***Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt, juíza do TRT 3ª Região e do Tribunal de Apelação da ONU, além de uma das organizadoras do seminário***

"Por mais que se tenha a intenção de resolver os problemas com métodos alternativos, o problema não está no Judiciário. É preciso pensar na reconstrução do país, com base nos valores de uma sociedade fraterna e igual."

***Carlos Henrique Bezerra Leite, desembargador do Trabalho do TRT 17º Região (Espírito Santo)***

"O julgamento parece um ato cirúrgico, que deixa marcas, pois, na maioria das vezes, nenhuma das partes fica 100% feliz, nem quem ganha e muito menos quem perde. Já a mediação é um meio-termo, em que não há vencedor ou ganhador."

***Jean-Luc Pierre, juiz da Corte de Apelação do Tribunal de Grenoble, na França, durante a palestra de abertura do seminário***

"A novidade, agora, é fazer a mediação com qualidade e técnica, já que antes isso era feito de forma empírica. Com a Resolução 125, estabeleceu-se uma política em que o responsável pela mediação será capacitado para isso. Aí, sim, poderemos começar a colher os resultados."

***Hildebrando da Costa Marques, juiz do Tribunal de Justiça do Mato Grosso e coordenador do Núcleo de Conciliação do Poder Judiciário do Mato Grosso***

Fotos: Mila Milowski

"Temos o compromisso de seguir a premissa e a estrutura da Constituição, que é do amplo acesso de todos à Justiça. Isso quer dizer que precisamos simplificar o processo judicial."

***Maurício Godinho Delgado, ministro do Tribunal Superior do Trabalho***

# Política sem censura

## Conhecida pelo protagonismo na construção democrática do país, Faculdade de Direito assume, mais uma vez, seu papel como palco de liberdade de expressão política

O Brasil passa por um momento histórico. Uma grande mudança está em curso no país, marcada pelo polêmico processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff e em seu afastamento do cargo por 180 dias. Os efeitos dessa turbulência não afetam apenas os âmbitos político, econômico e estruturais do país. O impacto é mais profundo, mexe com valores individuais e de toda a sociedade, e deixa no ar o questionamento: como será o amanhã?

Enquanto ainda não há resposta, fica a reflexão sobre o processo de transformação que todos os brasileiros e as instituições do país estão vivendo. A Faculdade de Direito e **O Sino do Samuel** não estão fora do debate e cumprem sua função de apoiar a liberdade das discussões sobre o tema, com a isenção de quem acredita que a consolidação da democracia se faz de forma coletiva.

"As liberdades política e de expressão são direitos fundamentais caríssimos à democracia e ao direito. E a Faculdade de Direito da UFMG, ao longo de sua centenária existência, é reconhecida pelo fato de seus alunos, professores e técnico-administrativos protagonizarem atos em defesa da democracia e das liberdades individuais", ressaltou o diretor Fernando Jayme em nota de repúdio contra a decisão judicial que vetou, em abril, a realização da Assembleia-Geral dos Estudantes para debater o processo de impeachment.

### Mestres na arguição

Entre os professores, cada posicionamento sobre o contexto atual ganha análises profundas. Sobre a sustentação da democracia no Brasil, em meio a tantas reviravoltas, o professor e doutor Marcelo Cattoni de Oliveira cita a intensa disputa jurídico-política que existe, hoje, sobre a Constituição. "Por um lado, isso pode representar a centralidade que a constitucionalidade adquiriu ao longo da história recente do país. Por outro, estamos vivendo uma situação que representa um sério risco para o Estado Democrático de Direito, em razão do que pode ser caracterizado como um caso, cada vez mais claro, de abuso, de uso inadequado do mecanismo de responsabilização previsto na própria Constituição, ou seja, um verdadeiro caso de fraude", opina.

Já o professor e doutor Marcelo Campos Galuppo acredita que o modelo tradicional de democracia representativa do país está falido: "O empoderamento dos movimentos sociais pelos governos do PT foi decisivo para isso". Para o acadêmico, o embate entre os vários projetos sociais é o que constrói a democracia. "O Brasil é feito pelos brasileiros, ninguém sabe melhor do que eu o que é melhor para mim. Talvez seja isto o que falta ao Brasil: uma democracia radical, na qual os vários interesses (em substituição à ideia de que haja um bem comum evidente) possam ser confrontados, negociados e acomodados para a construção de um país melhor para todos."

### Sinal vermelho

Os dois acadêmicos sinalizaram algumas questões que, na opinião de cada um, merecem atenção especial nesse contexto. Cattoni, por exemplo, ressalta a legitimidade da responsabilização dos chefes de Estado, mas diz que é preciso levar

em consideração as especificidades do sistema presidencialista para tratar, de forma constitucionalmente adequada, os mecanismos dessa responsabilização.

"Um presidente da República, segundo a Constituição brasileira, somente pode ser responsabilizado se, mediante o devido processo constitucional e legal, fora-lhe devidamente imputado e caracterizado o cometimento de crime doloso, nos termos da Constituição e da legislação especificamente pertinente", argumenta. Sem a devida caracterização da justa causa para a instauração do processo e sem a comprovação do crime doloso para a condenação, diz o professor, o impeachment seria inconstitucional.

Na outra ponta, Galuppo destaca argumentos distintos: "O modo como se estabelece o frágil equilíbrio entre os poderes no Brasil (e a PEC 35/2015 é mais uma ameaça a isso) é responsável pelo presidencialismo de coalizão e impede que os projetos de governo, pelos quais os governantes foram eleitos, sejam executados". Ele também faz críticas a decisões atuais que atingem diretamente outras áreas, como a proposta de desvinculação das despesas constitucionais com ciência, tecnologia e educação; o risco de um processo de privatização da saúde, universalizada pela Constituição de 1988; e o desempenho ruim do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa).

Outra preocupação de Galuppo é quanto aos altos impostos: "A perversão tributária de nosso federalismo – que atribui ao Estado e ao Município a parcela principal dos gastos públicos; e à União, a principal arrecadação – implica uma política paroquialista, na qual os entes federados são dependentes (e subservientes) do poder central".

Foto: Divulgação Ocupação Mata Machado

Alunos se mobilizaram e ocuparam a Faculdade de Direito por cerca de 16 dias

**Estudantes se manifestam**

Os alunos dos cursos de Direito e Ciências do Estado também reforçaram os debates sobre o cenário político do Brasil. E uma liminar expedida no fim de abril pela juíza Moema Miranda Gonçalves, proibindo a realização da Assembleia-Geral dos Estudantes que discutiria o processo de impeachment de Dilma Rousseff, acirrou ainda mais a mobilização política estudantil. Foi a gota d'água para a ocupação do Território Livre por parte dos alunos.

O grupo defende a volta de Dilma à presidência e diz não reconhecer o governo de Michel Temer. Ao mesmo tempo, afirma estar aberto a trocas saudáveis de opiniões, preservando a liberdade desse espaço tradicional de manifestação estudantil. "Infelizmente, tem muita gente aqui que ainda não é aberta ao diálogo, mas isso é a minoria do grupo que é a favor do 'golpe'. Com relação a quem é contra o 'golpe', estamos bem mobilizados", revela Mariana Santos, estudante da Faculdade e membro do Centro Acadêmico de Ciências do Estado (CACE).

Santos conta que, com o término da ocupação, o grupo se transformou no Coletivo Mata Machado, batizado em homenagem ao ex-aluno José Carlos Mata Machado, morto no período da Ditadura Militar: "Nossa proposta é a de melhorar o Território Livre, deixando um legado ali. Queremos fazer cozinha coletiva, instalar chuveiro nos banheiros e seguir com palestras e oficinas, tornando o espaço bom para os alunos".

# Clínica de Direitos Humanos mergulha na tragédia do Rio Doce

## Projeto Rio de Gente contempla programa da Faculdade de Direito em edital público

*Cacimba de Mágoa* (uma parceria do grupo Falamansa com Gabriel, O Pensador) conta, numa triste melodia: "O sertão vai virar mar / É o mar virando lama / Gosto amargo do Rio Doce / De Regência à Mariana". A bela canção, que já tem quase 1 milhão de visualizações no YouTube, é apenas parte de mais um braço (o artístico) da mobilização sobre a tragédia ambiental no Rio Doce, em novembro de 2015. Foi esse espírito que motivou a Clínica de Direitos Humanos (CdH) da Faculdade de Direito da UFMG a se inscrever na chamada de pesquisa independente do projeto colaborativo Rio de Gente. Apoiada, entre outras instituições, pelo Greenpace, a iniciativa se propõe a reunir várias forças para ajudar o Rio Doce.

No início de maio, o projeto da clínica foi aprovado pelo edital público do Rio de Gente. A professora e doutora Camila Nicácio, coordenadora da CdH, explica a proposta avalizada. "O objetivo é dimensionar os impactos dos danos causados pela destruição do Rio Doce, no que tange ao patrimônio imaterial do povo Krenak", ressalta. "Trata-se da única proposta mineira contemplada na chamada, dentre mais de 60 vindas de todo o Brasil. Além disso, foi também a única proposta inscrita com a temática dos Direitos Humanos."

A execução do projeto aprovado já começou, e o prazo inicial é de seis meses. Ao longo desse período, uma pesquisa diagnóstica sondará o estado atual dos danos e sua relação com as privações históricas e sistemáticas de direitos às quais a comunidade Krenak vem sendo submetida.

Índio Krenak lamenta destruição do Rio Doce

Foto: Gustavo Ferreira

A Clínica de Direitos Humanos é um programa de extensão e pesquisa da Faculdade de Direito da UFMG. "A iniciativa possibilita o contato dos estudantes com a comunidade externa à Faculdade e a aplicação de conhecimentos adquiridos por meio do ensino e da pesquisa", enfatiza a professora, que também elenca outros fatores intrínsecos às atividades desenvolvidas pela CdH: "O estudante também lida com populações vulneráveis e com o estudo e a efetivação dos Direitos Humanos, tema que carece constantemente da reflexão e da ação universitárias".

### Por trás do projeto

As dificuldades do povo Krenak em manter invioláveis seus direitos são antigas e históricas. Durante a Ditadura Militar, por exemplo, foi construído um reformatório, no qual índios eram encarcerados e torturados. Mais tarde, a Estrada de Ferro Vitória-Minas teve parte do seu curso traçado numa área muito próxima ao seu território. O mesmo problema também foi constatado durante a construção da Usina de Aimorés.

Após o rompimento da barragem em Mariana, os Krenak enfrentam de perto um dos seus maiores desafios. Os ribeirinhos dependiam do Rio Doce, e o desastre ambiental pôs um risco alarmante à sua sobrevivência.

Informativo digital da Faculdade de Direito da UFMG.

**Diretor da Faculdade de Direito:** professor Fernando Gonzaga Jayme - **Fundador deste jornal:** professor Aloízio Gonzaga de Araújo Andrade - **Jornalista responsável:** Ana Carolina Bicalho - 11867/MG - **Redação:** Emanoel Ferreira - **Diagramação:** Renata Coutinho de Moura - **Revisão e produções editorial e gráfica:** Partners Comunicação Integrada - (31) 3029-6888 www.partnerscom.com.br